

## **A AGRICULTURA FAMILIAR NO BAIXO SUL BAIANO**

**Aline Maria Santos e Silva**  
UNIJORGE - Centro Universitário Jorge Amado  
alinesander@click21.com.br

**Francisco Adalton da Silva**  
UNIJORGE - Centro Universitário Jorge Amado  
fadalton99@hotmail.com

**Claudio Xavier**  
UNIJORGE- Centro Universitário Jorge Amado  
claudioxavir@ig.com.br

**RESUMO:** O artigo é resultado de uma pesquisa de natureza bibliográfica no qual aborda a temática da agricultura familiar na micro-região do Baixo Sul baiano. As fontes consultadas foram o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Companhia Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER) para levantamento de dados referentes a caracterização econômica, fisiográfica e demográfica desta região de estudo, também conhecida como Costa do Dendê.

**PALAVRAS-CHAVE:** Agricultura Familiar, Baixo Sul baiano, Pobreza marginalizada.

### **Introdução**

Este artigo é o resultado da atividade interdisciplinar e cujo tema norteador é a Geografia das Minorias, compreendendo por minorias as parcelas da sociedade brasileira sem participação e/ou representação política, desta forma, tratar do tema do campo do Brasil, suas características e realidades, permitem analisar não apenas as disparidades socioeconômico-espaciais, como também observar o quão expressivas são essas minorias, e, portanto, a necessidade de representatividade.

Para isso, adotou-se a micro-região baiana denominada Baixo Sul como área de estudo da agricultura e da qualidade de vida no meio rural da Bahia, tentando apreender de que forma uma

micro região rica em recursos naturais e biodiversidade apresenta-se como micro região mais pobre do estado da Bahia, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) tendo uma população caracterizada pelo forte desenvolvimento de atividades econômicas primárias (agropecuária e extrativista).

Desta forma, o trabalho apresenta as análises e reflexões obtidas a partir de uma revisão bibliográfica e visitas técnicas aos órgãos públicos responsáveis pela coleta de dados referentes às características sociais e econômicas do estado, a exemplo do IBGE e da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER), aliados ao trabalho de campo, como recurso próprio da pesquisa em Geografia

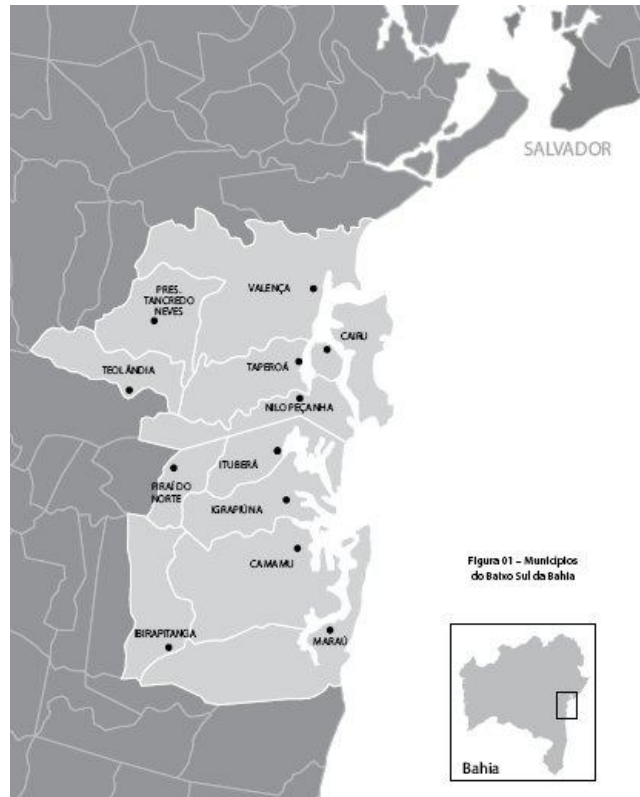
Nesse sentido, o artigo apresenta um breve histórico da micro-região, suas características físicas, sociais e econômicas, bem como alguns dados sobre a realidade do campo desta área, suas potencialidades e alternativas pensadas a partir dos agentes que atuam na construção e reconstrução do Baixo Sul, qual seja os agricultores familiares.

### **Localização do Baixo Sul**

O Baixo sul, também denominada Costa do Dendê situa-se ao longo da rodovia- BA001, na qual se encontra os municípios de Valença, Taperoá, Itubera, Nilo Peçanha, Cairu, Igrapiuna e Camamu. De acordo com os critérios da Coordenação de Desenvolvimento e Ação Regional/ Secretaria de Planejamento (CAR/SEPLAM), esses municípios estão na sub-região de Salvador/ Zona Valença/ Centro Valença.

Municípios que se localizam no polígono formado pela BR-101, saindo de travessão; no sentido norte até a BA-542, que liga a BR a Valença estão na sub-região de Salvador/ Zona de Gandu/ Centro de Gandu. Já Teolândia, Piraí do Norte, Presidente Tancredo Neves estão na sub-região de Itabuna/ Zona de Itabuna/ Centro Ubaitaba (FIGURA 1).

FIGURA 1 - LOCALIZAÇÃO DO BAIXO SUL BAIANO



Fonte: Fernando Fischet. Baixo Sul da Bahia uma proposta de desenvolvimento territorial. Salvador: 2007

Fisicamente a baixada litorânea é um conjunto de paisagens de extraordinária beleza, incluindo remanescentes de Mata Atlântica - Floresta Ombrofila-, restingas, mangues além de áreas com vegetação herbácea de transição. A Mata Atlântica caracteriza-se pela grande porcentagem de espécies na biodiversidade mundial e altas taxas de endemismos, abrigando aproximadamente 261 espécies de mamíferos, sendo 73 endêmicos; 620 espécies de aves, sendo 160 endêmicos; e 260 espécies de anfíbios, sendo 120 restritos a esse bioma. No Baixo Sul, o conjunto formado pelos remanescentes florestais, áreas de cabrunca, mangues e restingas criam um mosaico de possibilidades para a fauna.

Devido ao processo de ocupação e uso dos recursos naturais na microrregião em meados do século XVI, no intuito de abastecer o mercado consumidor da cidade de Salvador-BA, provocando um acelerado processo de desmatamento dentre os seguintes fatores: exploração madeireira, extrativismo, ampliação da área cultivada, crise da cacauicultura e incorporação de novas culturas agrícolas. Através deste elevado nível de desmatamento, ao analisar a Mata Atlântica no Baixo Sul

ainda apresenta importantes remanescentes florestais em diferentes estágios de regeneração. No qual (ROCHA), as identificam como “as áreas de restinga, manguezais e cabruca (plantio de cacau em áreas de sub-bosque, sombreado com espécies arbóreas da Mata Atlântica) podem ser consideradas de fundamental importância para a fauna da Microrregião”.

O clima predominante no Baixo Sul apresenta-se como clima tropical, com elevadas temperaturas e precipitações, situada na zona litorânea a leste do Oceano Atlântico. Através desta observação em relação ao clima do Baixo Sul, (ROCHA), diz que;

“Os maiores índices pluviométricos verificam-se ao longo do litoral, na chamada Costa do Dendê, com faixa de umidade que decresce no sentido Leste-oeste, caracterizando tipos climáticos distintos como: úmido, úmido a sub-úmido e seco a sub-úmido”.

A presença de estuários e manguezais caracteriza o Baixo Sul como uma microrregião extremamente fértil e fundamental na produção das cadeias tróficas da fauna marinha associada, por oferecer abrigo para reprodução, criação e alimentação de espécies. Os mangues apresentam ainda grande importância econômica para a manutenção das comunidades pesqueiras do seu entorno.

Os relevos de Mares de Morros e Tabuleiros estendem-se desde Valença até Maraú, dentre os municípios de Valença, Taperoá, Nilo Peçanha e Ituberá, com a forte presença da Floresta Ombrófila Densa, restringindo os remanescentes florestais da localidade. Com presença de Morrarias voltadas para o Interior e de Serras e Planaltos.

### **Breve histórico da agricultura brasileira e o Baixo Sul Baiano**

No Brasil em termo de dinâmica demográfica a partir da década de 1940, constatou-se uma considerável alteração populacional através da inversão campo/cidade proveniente da industrialização no meio urbano. No panorama de pobreza as três áreas de fome do Brasil (Amazônia – Nordeste Açucareiro – Sertão do Nordeste) e mais as áreas de subnutrição; as regiões Sul/Sudeste e Centro Oeste, que são consideradas regiões geoeconômicas mais desenvolvidas do Brasil, ocorrendo, portanto, as disparidades sociais referente à pobreza no país.

Nesse sentido, a micro região do Baixo Sul retrata as disparidades sócio-espaciais que caracterizam o país, apresentando municípios com elevados investimentos em infra-estrutura, capacitação de

mão-de-obra e crescimento econômico, a exemplo de Valença, Ituberá e Camamu, em detrimento de outros cuja economia baseia-se na agricultura familiar, como em Piraí do Norte e Cairu.

Observa-se que dentre as mudanças na estrutura econômica e social da Região Sul da Bahia e, portanto do Baixo Sul, a partir de sua ocupação no século XVI, encontra-se principalmente, a exploração de suas potencialidades agrícolas e pecuária.

O extrativismo de madeiras nobres, a exemplo do pau-brasil, marcou o início da colonização da Região Sul, promovendo, na primeira metade do século XVI, o surgimento de entrepostos comerciais ao longo da costa. A cana-de-açúcar passou a ocupar lugar privilegiado na economia local, prevalecendo até o final do século XVII, quando surgiram as primeiras povoações em decorrência da expansão dessa cultura. A partir desse século, a região Sul tornou-se grande produtora de alimento, como farinha de mandioca, milho e feijão, além de derivados da atividade pesqueira.

No final do século XVIII, foram introduzidas na Região Sul as culturas de algodão, café e cacau, tendo as duas últimas assumido maior importância econômica. No limiar do século XIX, o café já se encontrava em plena decadência e a cultura do cacau se consolidou na Região Sul, dominando, principalmente, na sub-região Cacaueira. Até meados do século XIX, essas culturas exerceram um papel fundamental no crescimento demográfico, na expansão do povoamento e na dinamização interna da economia regional.

É na passagem para o século XX que a importância econômica do cacau se torna definitiva para o Estado, não só em termos de produção, como também de participação na balança do comércio externo baiano. Nesse mesmo período verifica-se a redução das lavouras de café e cana de açúcar. Estabelecimentos bancários chegam ao Baixo Sul, o perfil produtivo se altera com a introdução do dendê, a expansão do cravo da Índia, seringueira e do coco-da-baía.

Neste contexto, os 12 municípios pertencentes à micro região do Baixo Sul, apresenta as características peculiares no que refere a produção de renda e qualidade de vida. Com base nos dados socioeconômicos do IBGE, baseado no índice de desenvolvimento humano dos municípios do Baixo Sul baiano, nota-se um acentuado crescimento econômico no decorrer dos anos (TABELA 1).

TABELA 1 – EXEMPLO DO CRESCIMENTO DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL DO BAIXO SUL BAIANO

Município	1991	2000	Variação em %
Valença	0,561	0,672	19,79
Camamu	0,513	0,624	21,64
Ituberá	0,499	0,62	24,25
Pirai do Norte	0,452	0,605	33,85

Fonte: Produção dos autores a partir do censo IBGE 2000.

Esses municípios mostram dados bastante semelhantes na questão de desenvolvimento, mas o município de Teolândia é o único que mostra rendimento negativo, com -5% de renda. Quando se analisa a questão da pobreza dessa micro região fica claro que, apesar das grandes potencialidades fisiográficas existentes nessa parte da Bahia, há também contradições em alguns de seus aspectos como já foi mencionado.

O campo, compreendido como zona rural, vem sendo historicamente destinado ao desenvolvimento das atividades da agropecuária, apesar de em algumas localidades ocorrer o desenvolvimento de outras atividades a exemplo do turismo rural e do pesque – pague, mas que não superam a importância econômica e não reúnem a mão-de-obra encontrada na agropecuária.

O campo brasileiro mantém até hoje sua estrutura fundiária, marcada pelas grandes propriedades rurais, relações de produção exploratória, ausência dos serviços públicos básicos para a população, bem como as desigualdades sociais, sobretudo, nas regiões menos dinâmicas do país.

Apesar de permanecer as características antigas do campo brasileiro, nos períodos de 1950 a 1970, registrou-se elevada produção agrícola, acompanhando as exigências do crescimento econômico observado nas zonas urbanas do país. Tal crescimento rural foi possível com a introdução de implementos mecânicos, fertilizantes e biocidas. Assim, Hespanhol (2007, p. 273), alerta que:

Neste período de grande expansão da economia sem desenvolvimento efetivo, foram estabelecidas políticas públicas conservadoras para o meio rural, as quais estiveram

centradas numa visão setorial, por meio da qual se estabeleceu que a agropecuária cumpriria cinco funções principais no processo de crescimento econômico:

- a) Liberar mão-de-obra para a indústria
- b) Gerar oferta adequada de alimentos
- c) Suprir de matérias primas para a indústria
- d) Elevar as exportações agrícolas
- e) Transferir renda real para o setor urbano

Desta forma, com a mecanização do campo a mão-de-obra foi liberada para o setor urbano-industrial, o abastecimento de alimentos e matérias-primas foi destinado para a exportação e a cidade, que por sua vez, não foi planejada para a intensificação do êxodo rural e vem sofrendo com as desigualdades sociais, queda no fornecimento de alimentos, além da perda de recursos naturais e da qualidade de vida.

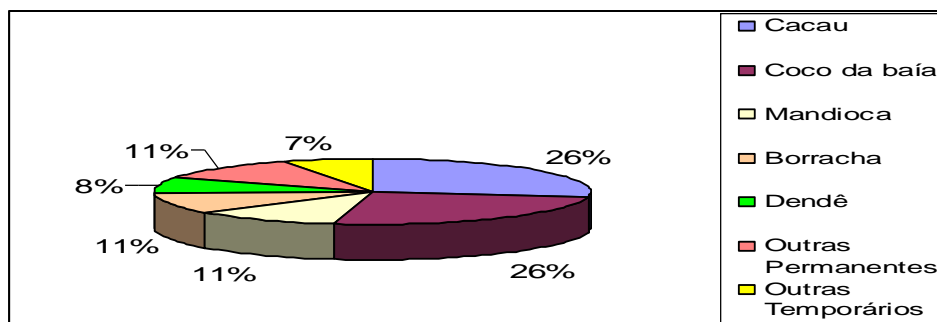
A mecanização do campo, não alterou a estrutura característica do setor rural do país, baseada na exclusão de acesso a terra e riquezas produzidas, porém, pressões sociais forçaram o Governo Federal a adotar políticas públicas voltadas para o campo, cuja parcela significativa da população brasileira encontra seu meio de sobrevivência. Inicialmente essas políticas públicas estavam voltadas ao aumento da produtividade em setores específicos de cultivo, através de ações que se davam por meio de créditos rurais, sobretudo com a implantação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), em 1965, cujo crédito era destinado aos médios e grandes produtores rurais, não somente para modernização da produção, como para expansão de cooperativas e agroindustriais processadoras de matéria-prima oriunda do campo. Essa modernização teve um ritmo mais acelerado nas regiões Sul e Sudeste, onde os latifúndios tornaram-se modernas empresas rurais.

Mesmo com a existência do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário do governo do atual presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, este continua sendo um programa de crédito rural, o que não abarca a complexidade do campo, seu dinamismo e sua relação com a cidade. Segundo Schneider (2004), citado por Neves (2007), o PRONAF apresenta quatro linhas de atuação que são financiamento da produção; de infra-estrutura; de capacitação profissional e financiamento de pesquisa e extensão rural.

A agricultura familiar, ou agricultura de pequeno porte, vem sendo para muitas famílias que sobrevivem do campo, uma saída para a realidade de manutenção das estruturas exploradoras de recursos naturais e humanos na zona rural do país, essa atividade não apenas abastece o mercado interno como também absorve mão-de-obra, muitas vezes não especializada, no campo, sendo uma possibilidade de diminuição do êxodo rural, de preservação de reservas naturais e permanência de técnicas tradicionais.

Nessa perspectiva, a região objeto de estudo, o Baixo Sul, apresenta uma diversidade de produção agrícola que contempla culturas permanentes e temporárias. Segundo os dados do Anuário Estatístico da Bahia, produzido pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) em 2001, o cultivo de culturas permanentes corresponde a 86,23% da área plantada, com destaque para o cacau, o coco-da-baía, a borracha e o dendê, já as culturas temporárias destaca-se pelo cultivo da mandioca. A produção é desenvolvida, em sua maioria, em minifúndios, porém o pequeno número de imóveis rurais de grande porte concentra uma elevada extensão de terras, aliada ao fato de que 26,3% dos imóveis estão impróprios, nota-se uma ausência de investimentos na micro região e um dos motivos para as migrações (Gráfico1).

Gráfico 1 – Distribuição da produção agrícola das principais culturas, por valor de produção, no Baixo Sul baiano, 2000.



Fonte: Fernando Fischer (org.) **Baixo sul da Bahia: uma proposta de desenvolvimento territorial.**

Salvador: CIAGS/ UFBA, 2007

Pensando nessas potencialidades produtivas do campo baiano, notadamente a da região em estudo, a empresa Odebrecht vem investindo em atividades agropastoris, como nas atividades manufatureiras, com o objetivo de criar parcerias e ter sua compensação social. A empresa vem sendo exemplo de crescimento econômico da região, com relativa melhora na qualidade de vida em seu programa denominado DIS Baixo Sul – Desenvolvimento Integrado e Sustentável, no qual

realiza a integração de capital ambiental, humano e produtivo para desenvolvimento de ações como a Casa família Rural; Casa Família Agroflorestal e Casa Família do Mar.

Segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), a pequena produção possui grande importância econômica devido ao tipo de cultivo e a destinação da produção:

O segmento (de pequenos produtores rurais) detém 20% das terras e responde por 30% da produção global. Em alguns produtos básicos da dieta do brasileiro como o feijão, arroz, milho, hortaliças, mandioca e pequenos animais chegam a ser responsável por 60% da produção.

Porém reconhece que o maior desafio para o desenvolvimento da agricultura familiar é a dificuldade de inserção dessa atividade econômica no mercado e no processo tecnológico, haja vista a ausência de investimentos e de organização política, que valorize a importância da agricultura familiar, sendo necessário, portanto, a expansão não apenas da produção e da comercialização, bem como do conhecimento tecnológico entre os pequenos produtores.

A micro-região do Baixo Sul, em sua essência, busca inserir uma política voltada para potencializar uma localidade que ao mesmo tempo rica em biodiversidade apresenta um quadro socioeconômico abaixo da realidade de regiões mais desenvolvidas, proveniente da distribuição de renda, o que caracteriza uma pobreza marginalizada. Para Santos (2003, p.121) a pobreza marginalizada assume características específicas dentro do modo de produção capitalista, pois;

A ampliação do consumo ganha assim, as condições materiais e psicológicas necessárias, dando à pobreza novos conteúdos e novas definições. Além da pobreza absoluta, cria-se e recria-se incessantemente uma pobreza relativa, que leva a classificar os indivíduos pela sua capacidade de consumir, e pela forma como o fazem. O estabelecimento de índices de pobreza e miséria utiliza esses componentes.

Modificar a realidade presente no Baixo Sul provém do exercício da cidadania, em sentido amplo e, na responsabilidade de um conjunto de atores sociais interessados na Micro região do Baixo Sul. De modo a levar subsídios para as populações destas localidades. No sentido de favorecer o desenvolvimento no campo social e econômico em escala ampla, isso depende do envolvimento das

instituições locais e o agrupamento de diferentes entidades para a construção coletivamente de ações concretas dentre as esferas parceiras.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir do que foi apresentado, observa-se que a estagnação econômica, a concentração de renda, o desemprego, os salários baixos, a falta de estímulos à agricultura, inclusive pela falta de demanda devido ao baixo poder aquisitivo da população, a elevação dos preços de alimentos encontram-se como principais vetores condicionantes da pobreza marginalizada.

Mesmo com o forte investimento do Estado da Bahia nas micro regiões, fica difícil alcançar todos de maneira abrangente, sendo necessário à implantação de infra-estrutura para o desenvolvimento das atividades econômicas potenciais de cada micro região, bem como a assistência em serviços básicos que possibilitem a permanência do homem no campo. Faz-se necessário uma relação entre poderes (federal, estadual e municipal) e destes com a sociedade civil, grupos empresariais, sindicatos e cooperativas no sentido de dinamizar a economia do campo, desenvolvimento sustentável das potencialidades produtivas e o reconhecimento da cidadania, por meio da distribuição de terra, equipamentos e insumos, bem como de serviços básicos à população residente no campo.

Sendo assim, uma das soluções para amenizar o quadro da pobreza estrutural vigente, principalmente em localidades que esta problemática é mais acentuada, perpassa pela retomada do desenvolvimento com distribuição de renda e aumento do poder aquisitivo. Uma política estrutural que procura atender a uma população que vive na linha da pobreza prevê uma política direcionada na implantação da reforma agrária, fortalecimento da agricultura familiar e o incentivo de programas de renda mínima são bases essenciais para manutenção da pobreza.

## **Referências**

AMORADO, Manuel C. (org.). Josué de Castro e o Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003;

BARRETO, Liliane. O Baixo Sul. In: FISCHER, Fernando (org.) Baixo sul da Bahia: uma proposta de desenvolvimento territorial. Salvador: CIAGS/ UFBA, 2007;

HESPANHOL, Antonio N. O desenvolvimento do campo no Brasil. In: FERNANDES, Bernardo M.; MARQUES, Marta Inez M.; SUZUKI, Julio C. (org.) Geografia Agrária: teoria e poder. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007;

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2000. IBGE. Salvador: 2000;

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: pensamento único e consciência universal. 10ed. Rio de Janeiro: Record, 2003;

O DESAFIO DA AGRICULTURA FAMILIAR. Disponível em [www.embrapa.br/imprensa](http://www.embrapa.br/imprensa) acesso em 08/06/2008;

DIS BAIXO SUL. Disponível em [www.fundacaoodebrecht.org.br/SINoticiasLeitura](http://www.fundacaoodebrecht.org.br/SINoticiasLeitura), acesso em 08/06/2008.